ANPEGE

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

VOLUME 19

N. 38 (2023)

30 ANOS ANPEGE

DOI: 10.5418/RA2023.V19I38.15245

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº. 38 (2023) | e-issn: 1679-768x

A FACE DA MODERNIZAÇÃO "SOBRE-EXPLORAÇÃO E RESTRIÇÃO AO ACESSO": UMA PROPOSTA DE COMPREENSÃO DA DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS PESQUEIROS TRADICIONAIS A PARTIR DO DIÁLOGO ENTRE GEOGRAFIA E PESCA ARTESANAL BRASILEIRA

The modernization face "overexploitation and restriction of access": a proposal to understand the deterritorialization of traditional fishing grounds through a dialogue between geography and brazilian artisanal fishing

La cara de la modernización "sobreexplotación y restricción de acceso": una propuesta para entender la desterritorialización de los pesqueros tradicionales a través de un diálogo entre la geografía y la pesca artesanal brasileña

CRISTIANO QUARESMA DE PAULA

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Resumo: A partir da definição da proposição teórico-analítica de três faces da modernização – degradação, sobre-exploração e restrição ao acesso, e expropriação da terra – propõe-se estabelecer um diálogo entre a Geografia e os movimentos sociais, para abordar as problemáticas da pesca artesanal brasileira. Este texto busca compreender a face da sobre-exploração e restrição ao acesso, evidente nos territórios e territorialidades da pesca artesanal brasileira, e que tem resultado na desterritorialização dessas comunidades tradicionais. Metodologicamente, as faces da modernização foram analisadas a partir do diálogo entre as propostas e abordagens da Geografia, resultantes da análise do conteúdo de 71 dissertações e teses defendidas entre 1982 e 2015, e dos relatos ou denúncias dos movimentos sociais da pesca. A análise das dissertações e teses aponta que a face da sobre-exploração e restrição ao acesso resulta de impactos ambientais, disputas no território e conflitos por território, e incide diretamente sobre os pesqueiros tradicionais, promovendo a desterritorialização. Compreende-se a continuidade entre pesqueiros tradicionais e territórios de moradia e vivência como fundamental para a continuidade da pesca artesanal e dos modos de viver relacionados. As comunidades pesqueiras artesanais dependem dos recursos locais, ou seja, o pescado precisa estar disponível e acessível no território. A análise aponta que a face da sobre-exploração e restrição ao acesso está associada à pesca predatória – industrial e comercial –, hidronegócio, portos, indústria naval e plataforma de petróleo.

Palavras-chave: Pesca Artesanal. Território. Sobre-exploração. Acesso.

Abstract: From the definition of the theoretical-analytical proposition of three faces of modernization – degradation, overexploitation and restriction of access, and land expropriation – it is proposed to establish a dialogue between Geography and social movements to address the issues of Brazilian artisanal fishing. This text seeks to understand the face of overexploitation and restriction of access, evident in the territories and territorialities of Brazilian artisanal fishing, and which has resulted in the deterritorialization of these traditional communities. Methodologically, the faces of modernization were analyzed from the dialogue between the proposals and approaches of Geography resulting from the analysis of the content of 71 dissertations and theses defended between 1982 and 2015, and reports or denunciations from social movements in fishing. The analysis of dissertations and theses indicates that the face of overexploitation and restriction of access results from environmental impacts, disputes over territory, and conflicts over territory, directly affecting traditional fishing grounds and promoting deterritorialization. The continuity between traditional fishing grounds and territories of residence and livelihood is understood as fundamental for the continuity of artisanal fishing and related ways of life. Artisanal fishing communities depend on local resources, meaning that fish must be available and accessible in the territory. The analysis indicates that the face of overexploitation and restriction of access is associated with predatory fishing – industrial and commercial –, hydro business, ports, naval industry, and oil platforms.

Keywords: Artisanal fishing. Territory. Overexploitation. Access.

Resumen: Desde la definición de la proposición teórico-analítica de las tres caras de la modernización – degradación, sobreexplotación y restricción de acceso, y expropiación de tierras – se propone establecer un diálogo entre la Geografía y los movimientos sociales para abordar los problemas de la pesca artesanal brasileña. Este texto busca comprender la cara de la sobreexplotación y restricción de acceso, evidente en los territorios y territorialidades de la pesca artesanal brasileña, y que ha resultado en la desterritorialización de estas comunidades

tradicionales. Metodológicamente, las caras de la modernización se analizaron a partir del diálogo entre las propuestas y enfoques de la Geografía, resultantes del análisis del contenido de 71 tesis y disertaciones defendidas entre 1982 y 2015, y de los informes o denuncias de los movimientos sociales de la pesca. El análisis de tesis y disertaciones indica que la cara de la sobreexplotación y restricción de acceso resulta de impactos ambientales, disputas territoriales y conflictos por el territorio, afectando directamente a las zonas de pesca tradicionales y promoviendo la desterritorialización. Se entiende que la continuidad entre las zonas de pesca tradicionales y los territorios de residencia y subsistencia es fundamental para la continuidad de la pesca artesanal y de los modos de vida relacionados. Las comunidades pesqueras artesanales dependen de los recursos locales, es decir, el pescado debe estar disponible y accesible en el territorio. El análisis indica que la cara de la sobreexplotación y restricción de acceso está asociada a la pesca depredadora – industrial y comercial –, hidronegocio, los puertos, la industria naval y las plataformas petrolíferas.

Palabras clave: Pesca artesanal. Territorio. Sobreexplotación. Acceso.

INTRODUÇÃO

Este texto faz parte de uma discussão mais ampla, presente na tese de doutorado de Paula (2018a) “Geografia (s) da Pesca Artesanal Brasileira”, em que foram colocadas em diálogo as abordagens teóricas e metodológicas adotadas em dissertações e teses (impactos ambientais, disputas no território e conflitos por território) da Geografia, e as denúncias dos movimentos sociais da pesca artesanal brasileira, que defendem o território pesqueira. A partir disso, propôs-se uma abordagem híbrida (Latour, 2009) para a compreensão da desterritorialização na pesca artesanal fundamentada nas três faces da modernização (De Paula e Suertegaray, 2018): degradação (De Paula, 2021) que atinge os ecossistemas e impede a manutenção das espécies de pescado; sobre-exploração e restrição ao acesso que incide sobre os pesqueiros tradicionais e compromete a permanência da atividade pesqueira; e expropriação da terra das comunidades tradicionais de pescadores artesanais (De Paula, 2019b), que atinge as diversas territorialidades de moradia e vivências no território das comunidades.

Esse artigo, objetiva apresentar a proposta analítica da “sobre-exploração e restrição do acesso”, como a face da modernização, que expõe o processo de desterritorialização dos pesqueiros tradicionais. A sobre-exploração dos recursos, a partir de artes de pesca predatórias, extingue os recursos pesqueiros, e, com isso, impede a continuidade desta territorialidade do pesqueiro tradicional. A restrição ao acesso também provoca a desterritorialização, pois o acesso é interditado, impedindo que os pescadores cheguem a tais territorialidades tradicionais de pesca. logo, interrompe a continuidade entre territorialidades terrestres e aquáticas.

Partimos do entendimento de que as territorialidades da pesca artesanal são evidentes no âmbito das comunidades e integram pesqueiros, matas, manguezais, ranchos de pesca, locais de beneficiamento, etc. O poder se expressa no saber, que é compartilhado entre os comunitários por meio de conhecimentos tradicionais, que suscitam

práticas de uso. Deste Modo, a informação inerente a esse saber é funcional e regulatória, logo ocorre o manejo, por meio de acordos que são elaborados na pesca e no cotidiano. Essas territorialidades são fluidas, conectadas por trajetos, canais, varadouros e, mudam de acordo com a dinâmica da natureza e movimento dos cardumes. No arranjo territorial, as áreas terrestres de trabalho, moradia e vivência também compõem as territorialidades e ocupam o papel de centralidade. (De Paula, 2018a)

O território comunitário é definido pelas territorialidades tradicionais, como a terra, a água, a área da comunidade e os pesqueiros, caracterizando-se pelo estabelecimento de relações simétricas de poder. Deste modo, a sustentação desse território ocorre por meio de um processo comunicacional que mobiliza todos os atores, os quais dependem, em certo grau, dos recursos locais para a manutenção deles. Assim sendo, a coesão social é a base para a construção de acordos, normas, processos de monitoramento e sanções, estabelecidos no âmbito comunitário e intercomunitário, por meio de processos democráticos participativos. Desse modo, o território expressa as relações comunitárias e com a natureza, sendo fundamental para a reprodução social, cultural e econômica das comunidades. (De Paula, 2018a).

Para a proposição da análise das faces da modernização na pesca artesanal brasileira, que se expressam em processos de desterritorialização de comunidades pesqueiras, foram empregadas uma série de técnicas de pesquisa, como análises de conteúdo e trabalhos de campo, pautadas no horizonte da teoria do pensamento complexo (MORIN, 1990). Em um primeiro momento, foram analisados conteúdos de dissertações e teses de pós-graduação em Geografia, assim como, fontes dos movimentos sociais da pesca artesanal.

As fontes da Geografia brasileira compreenderam 71 dissertações e teses que abordaram a pesca artesanal, defendidas entre 1982 e 2015. A análise das dissertações permitiu distinguir três abordagens geográficas que estabelecem relações entre os conceitos de ambiente e território: impactos ambientais, disputas no território e conflitos por território.

Em um segundo momento realizou-se análise de conteúdo (Bardin, 2007) das fontes dos movimentos sociais que incluiu 44 denúncias registradas no Blog MPP do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), publicadas de abril de 2012 a dezembro de 2015. Além disso, foram consideradas informações do Relatório “Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil” (Tomáz e Santos, 2016), do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP). Essa análise resultou em questões emergentes, que seriam as principais expressões de tensões que se evidenciam, que chamamos de “Faces da Modernização”.

Em um terceiro momento, colocou-se em diálogo as duas análises anteriores, por meio da análise de cada face da modernização à luz das abordagens da Geografia de “impactos ambientais, disputas no território e conflitos por território. Essa análise, para ampliar o diálogo, também integrou trabalhos de campo realizados entre 2016 e 2017 junto ao MPP, Articulação Sul-Sudeste dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (APPSULSE); e grupos de pesquisa que abordam a pesca artesanal na Geografia. Os s trabalhos de

campo foram orientados pela proposta da pesquisa participante, em que se supõe o estabelecimento de um relacionamento multilateral com o grupo, onde o pesquisador efetivamente participa das discussões e se compromete com os resultados (Whyte, 2005).

Esta face da modernização que se evidencia nos pesqueiros tradicionais está relacionada à intensificação de atividades predatórias sobre os recursos pesqueiros, como pesca industrial/comercial, pesca amadora/esportiva e comercialização de pescado. Já a restrição ao acesso, está associada ao hidronegócio, plataformas de petróleo e portos.

Segunda Face da Modernização: Sobre-exploração e restrição do acesso

A sobre-exploração e restrição do acesso estão associadas a impactos ambientais (De Paula, 2019c), , disputas no território (De Paula, 2020) e conflitos por territórios pesqueiros (De Paula, 2020).. Dos trabalhos analisados (dissertações e teses) identificou-se 72 contextos em que a problemática versa sobre essa face da modernização. (De Paula 2019c; De Paula, 2021; De Paula e Silva, 2020).

Destes, 43 dizem respeito às disputas estabelecidas no território por recursos do ambiente De Paula E Silva, 2020), 23 se referem a conflitos por território (De Paula, 2020) e seis a impactos ambientais (De Paula, 2019c). Observa-se que, a maioria dos trabalhos trata de disputas no território por recursos do ambiente, ou seja, fica evidente a correlação entre os conceitos de ambiente e território quando se trata dos pesqueiros tradicionais.

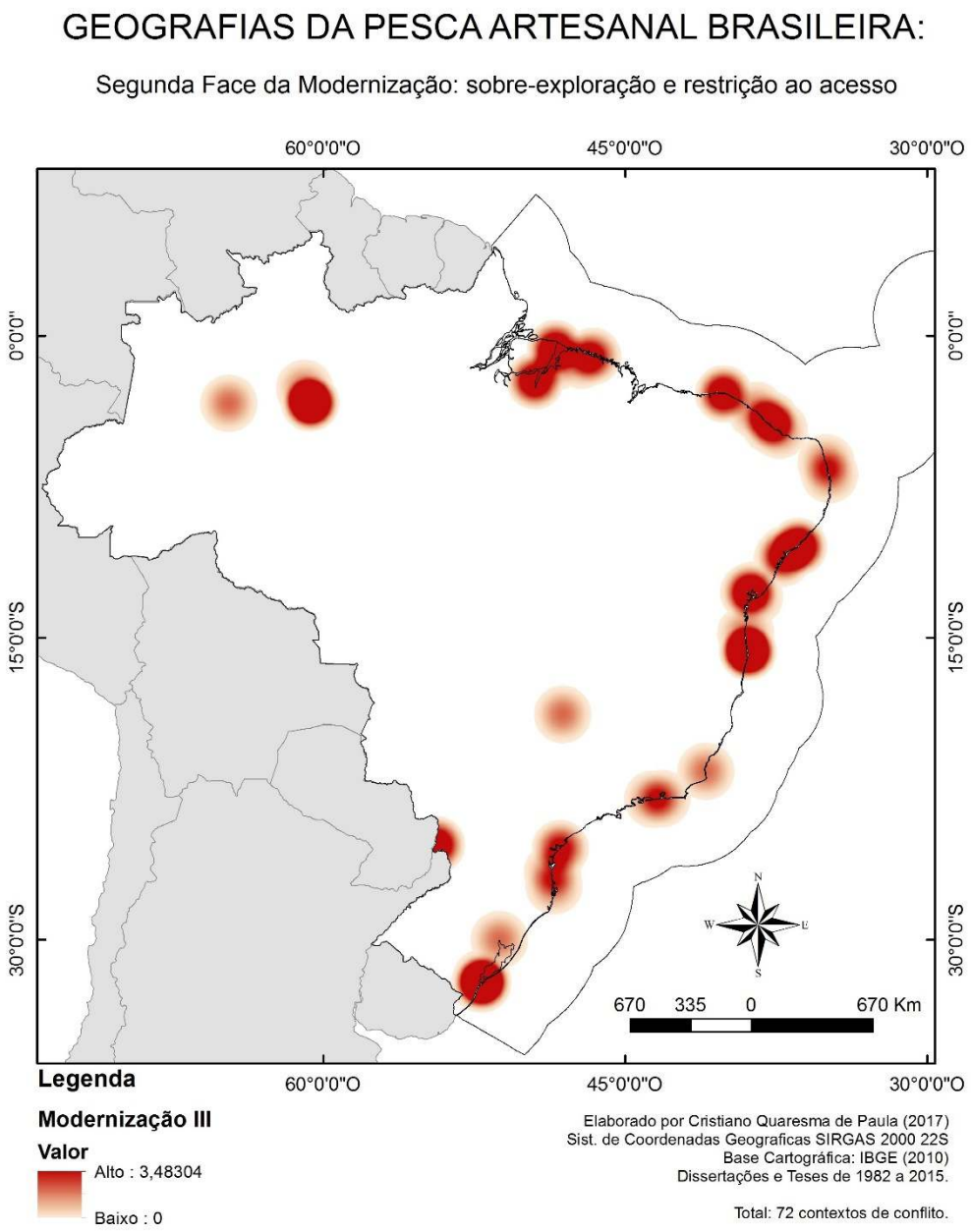
Evidenciando a face da sobre-exploração e restrição ao acesso, as disputas no território, conflitos por território e impactos ambientais são provocados pelo hidronegócio (aquicultura e barragens), pesca predatória (pesca industrial, pesca comercial, comercialização do pescado e pesca amadora), portos e plataformas de petróleo. A figura 1 apresenta a expressão desses contextos no Brasil, com base na análise de dissertações e teses. Como é possível observar, essa face da modernização tem maior expressão na região Nordeste (30). Na sequência, apresentam-se as regiões Norte (18), Sul (15), Sudeste (8) e Centro-Oeste (1).

No Blog do MPP, essa face da modernização é a mais frequente (75). Isso, ocorre porque o movimento compreende os pesqueiros tradicionais como híbridos (ambiente e território), e de forma associada ao território de moradia e vivência das comunidades. Ainda, essa face da modernização é resultado de atividades econômicas que desejam explorar os pesqueiros, seja os recursos ou o sítio em que estão localizados. Logo, o processo em curso é de disputa no território (o pesqueiro tradicional) entre a pesca artesanal e outras atividades econômicas.

Na sequência, serão apresentadas as principais atividades identificadas como promotoras dessa face da modernização, as quais foram analisadas a partir das denúncias do MPP, do Relatório do CPP e dos trabalhos de campo realizados em conjunto com o MPP. Além disso, serão enfatizados os impactos ambientais, as disputas no território e os conflitos por território como abordagens das Geografias da pesca que permitem, em

diálogo com as denúncias dos movimentos sociais, analisar o processo no qual a modernização transfigura o território pesqueiro, expondo sua face e territorializando-se.

Figura 1 – Mapa da Segunda Face da Modernização: sobre-exploração e restrição ao acesso



Fonte: Elaborado por AUTOR (2006).

Pesca Predatória

Na expressão da sobre-exploração dos pesqueiros tradicionais, é fundamental destacar os impactos, disputas e conflitos relacionados à pesca predatória. Sobretudo, a pesca industrial é apresentada como responsável pelo colapso nos recursos pesqueiros

no Brasil, fomentada pelo governo desde a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE até os dias atuais.

A pesca comercial, principalmente na região Amazônica, tem alterado práticas tradicionais da pesca, intensificando as capturas para atender as demandas do mercado. A pesca amadora e/ou esportiva, por estar sujeita a outros enquadramentos normativos que permitem essas práticas em períodos e com instrumentos diversos dos da pesca artesanal, e favorecida pela falta de fiscalização, promove capturas predatórias.

No Relatório do CPP, as referências à pesca predatória são menos frequentes. Quando ocorrem, enfatizam as consequências da pesca industrial. Isso se evidencia na Região do Delta do Parnaíba, Piauí: Comunidade Pedra do Sal e Região do Baixo Amazonas e de Marajó, Pará: Comunidade Vila dos Pescadores, Comunidade Cidade de Bragança, Comunidade de Curuçazinho, Comunidade Aricuru e Comunidade Penha (Tomáz e Santos, 2016).

As dissertações e teses analisadas, destacam as disputas nos territórios tradicionais dos pescadores artesanais com a pesca industrial. Os saberes dos pescadores artesanais sobre o ambiente permitem-lhes a territorialização onde há maior produtividade da pesca e incorporam práticas de manejo que não exaurem os recursos em intensidade maior do que a possibilidade de renovação (Lima, 2002); já a pesca industrial, faz uso de tecnologias de localização de estoques pesqueiros e de captura, o que resulta na exploração acima da possibilidade de renovação (Giannella, 2009; Cardoso, 1996), pois a maior capacidade de navegação os torna independentes dos recursos locais, ao contrário dos pescadores artesanais (Lima, 2008). Assim, disputam-se territórios tradicionais duas lógicas de apropriação e/ou domínio (Guedes, 2009; Pérez, 2012), o que resulta na desterritorialização dos pescadores (Machado, 2013).

Um exemplo de enfrentamento a essa face, pode ser verificado no Estuário da Laguna dos Patos, Rio Grande do Sul. Em 1998, frente à grave crise da pesca devido à sobre-exploração do recurso pela pesca industrial, especialmente a praticada por pescadores catarinenses, a comunidade pesqueira constituiu o Fórum da Laguna dos Patos e, a partir dessa instituição, propôs uma Instrução Normativa específica para a região de abrangência que restringiu a atividade pesqueira aos pescadores locais. Sendo assim, para que o ambiente se recuperasse, proibiu-se a pesca industrial no interior do estuário, por meio do estabelecimento de um território de uso exclusivo para os pescadores residentes.

Entre os impactos ambientais provocados pela pesca industrial, destaca-se a redução e extinção dos recursos pesqueiros (Maier, 2009) em tradicionais territórios da pesca artesanal. Nesse sentido, o aumento do esforço de pesca por meio da utilização de apetrechos de pesca predatórios e tecnologias que permitem a localização e exterminação de cardumes são impactos ambientais que promovem a extinção de importantes territórios de pesca.

Importantes estoques pesqueiros, como o da tainha, capturada nas regiões Sudeste e Sul, encontram-se prejudicados devido à sobrepesca. Além do impacto sobre o recurso,

cabe enfatizar os impactos da falta desses recursos sobre as comunidades que dependem dos mesmos no ambiente. Além da redução das pescarias, algumas normativas que visam coibir a pesca industrial recaem sobre a pesca artesanal, como é o caso do Plano de Gestão para o Uso Sustentável da Tainha (Portaria Nº 03, de 14 de maio de 2015). Com essa norma, os pescadores do Rio Grande do Sul seriam proibidos de pescar no período mais piscoso, como foi discutido no II Encontro da APPSULSE.

A intensificação da pesca industrial também gera conflitos por território e, devido ao avanço dessa atividade econômica (Santana, 2013) sobre territórios tradicionais, com embarcações maiores e tecnologias mais ostensivas. Os pescadores artesanais precisam recuar para evitar a perda de equipamentos de pesca e os riscos à vida. Em determinados territórios, como em Laguna e Jaguaruna, Santa Catarina, os pescadores artesanais conseguiram estabelecer normativas que priorizam a pesca artesanal nas águas interiores, como ficou evidenciado em reunião da APPSULSE.

A pesca comercial, também é apresentada nas dissertações e teses como promotora de disputas no território, uma vez que, é regida pelos ciclos da natureza, mas pela dinâmica do mercado, o que resulta em sobre-exploração (Cruz, 2007; Abreu, 2010). Os barcos que fornecem gelo, por exemplo, permitem que os pescadores comerciais permaneçam mais tempo explorando o território pesqueiro, o que permite a captura sem limites. Assim, o pescador comercial por estar mais vinculado ao mercado, acaba abandonando formas tradicionais de manejo do ambiente e tratados comunitários de uso do território (Machado, 2007; Araújo, 2012), o que resulta em conflitos (Silva, 2009), contudo, geralmente se difere da pesca industrial, pelas relações de trabalho entre pescadores.

Em trabalhos de campo realizados em Tefé, Amazonas, observa-se a disputa pelo território entre pescadores artesanais e comerciais, já que, por serem movidos pela dinâmica do mercado, os pescadores comerciais frequentemente avançam sobre pesqueiros tradicionais e realizam pescarias que não estão em conformidade com acordos comunitários. Muitas vezes, os pescadores comerciais, que disputam território com os artesanais vêm de locais externos à comunidade. Deste modo, como forma de enfrentamento, os pescadores comerciais urbanos disputavam territórios pesqueiros tradicionais com os pescadores artesanais locais na Floresta Nacional de Tefé – FLONA de Tefé. A comunidade pesqueira estabeleceu acordos de pesca como forma de limitar o avanço da pesca comercial nesta unidade.

É fundamental também compreender o papel da comercialização do pescado como promotora da face da modernização que causa sobre-exploração. A comercialização demanda dos pescadores industriais e comerciais a intensificação das capturas, o que resulta na utilização exaustiva do ambiente por meio de técnicas mais predatórias (Araújo, 2012). A pressão (Santos, 2012) se dá por demanda e preço. Logo, os pescadores industriais e comerciais também influem na desvalorização do pescado.

Os conflitos por territórios decorrentes da comercialização, que causa sobre-exploração dos pesqueiros, se dão no embate entre pescadores que estão sujeitos à lógica do mercado (industriais e comerciais) (Guedes, 2009; Abreu, 2010) e pescadores artesanais que defendem e resistem no território (Cruz, 2007). Acrescenta-se ainda a

inserção de outros atores territoriais, como o atravessador que faz a intermediação entre pescador e mercado (indústria e consumidor) (Cardoso, 1996; Kuhn, 2009; Queiroz, 2012; Santana, 2013; Ferreira, 2014). Entre os pescadores artesanais, a comercialização pode motivar conflitos, uma vez que, na busca de maior produtividade, normas de uso do território pesqueiro podem ser desconsideradas, o que gera, inclusive, o desmantelamento das relações comunitárias (Guedes, 2009).

A pesca amadora e/ou esportiva é apontada como causa de impactos ambientais e conflitos territoriais que resultam na sobre-exploração dos pesqueiros tradicionais. Ressalta-se que, os impactos dessas atividades são diferentes, pois não são devidamente mensurados, pois apesar de estarem sujeitas a normas próprias, essas modalidades de pesca não são devidamente fiscalizadas, o que leva à prática da pesca predatória (Cardoso, 1996; Cunha, 2011). Já os conflitos territoriais ocorrem entre pescadores artesanais, que possuem técnicas e normas de uso que mantêm os territórios pesqueiros produtivos, e pescadores eventuais, que não reconhecem essas formas de manejo e utilizam o território de forma predatória (Figueiredo, 2013). Os conflitos de uso do território se agravam quando outros agentes buscam o monopólio dos pesqueiros para a promoção da pesca esportiva (Prado, 2015).

No Rio Jacuí, Rio Grande do Sul, os pescadores artesanais denunciam os impactos da pesca amadora sobre os recursos pesqueiros. Destacam-se, assim, por essa prática próximo às barragens, onde o peixe fica confinado, e a utilização de cevas (depósito de sacos de grãos, como milho), que atraem os peixes. Sendo assim, a captura ocorre de forma intensa, equiparando-se ou até sendo superior à da pesca artesanal.

Hidronegócio

Para estabelecer diálogo com os movimentos sociais da pesca, a aquicultura e a as barragens para geração de energia hidrelétrica serão compreendidas como hidronegócio[1]. Segundo o Relatório do CPP, o hidronegócio se destaca enquanto disputa, conflito ou impacto sobre a pesca artesanal e avança sobre os pesqueiros tradicionais, disputando território com os pescadores artesanais. A expropriação forçada se dá, muitas vezes, por meio de ameaças ou de homicídios,

> Na mesma lógica do agronegócio, o hidronegócio arrasa territórios pesqueiros por meio da privatização e mercantilização da água. Porém, a face esdrúxula do hidronegócio se apresenta principalmente como energia hídrica (as barragens), irrigação para o agronegócio, carcinicultura e piscicultura e a violação contra a vida de quem resiste e se opõe (Tomáz; Santos, 2016, p. 12).

1 O termo hidronegócio vem sendo adotado nas reivindicações de movimentos sociais, como MPP (Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), CPP (Conselho Pastoral da Pesca), CPT (Comissão Pastoral da Terra) entre outros. Segue a compreensão do agronegócio, mas enfatizando os corpos d'água, logo trata-se do "negócio" da água. Malvezzi (2012) destaca que esse termo tem sido tratado na academia como agrohidronegócios.

A modernização evidenciada nos projetos de hidronegócio “possui um padrão político de intervenção estatal de mercantilização dos ecossistemas e, das intervenções sobre os territórios de ocupação tradicional, ostentados como promessa de desenvolvimento e progresso”. Assim, avança sobre a pesca artesanal com argumentos de que essa atividade, do ponto de vista da “produção”, é menos promissora do que a aquicultura e a geração de energia. Os governos, interessados nas divisas prometidas com a modernização do território, estabelecem políticas de fomento e flexibilizam a legislação ambiental. “Os megaprojetos mobilizados pelo bloco hegemônico do capitalismo contemporâneo avançam com uma matriz energética nefasta apoiada nas hidrelétricas, eólicas, nucleares e nas transposições de rios; no avassalador hidronegócio, com a carcinicultura e piscicultura” (Tomáz e Santos, 2016, p. 102). Diante disso, entende-se que esse projeto contempla “empreendimentos que fazem parte do arcabouço de injustiça ambiental e social que devastam o planeta” (Tomáz; Santos, 2016, p. 102).

A aquicultura, enquanto atividade do hidronegócio, promove disputas no território, conflitos por território e impactos ambientais. Nesse momento, além da utilização do ambiente em condições de sobre-exploração, destaca-se os “cercamentos” das águas, impedindo o acesso das comunidades ao território pesqueiro. A continuidade entre o território de moradia e vivência comunitária e o território pesqueiro é de fundamental importância para compreender a pesca artesanal como atividade tradicional e não somente atividade econômica.

Disputas, conflitos e impactos com a aquicultura se apresentam no Relatório do CPP principalmente relacionados à restrição do acesso e mudanças nas características do ambiente, com a supressão dos manguezais e despejo de efluentes contaminados. A perda do acesso ao território pesqueiro é uma problemática que se evidencia no Litoral do Ceará: Vila de Volta, Barra Velha, Praia de Barro Preto e Praia de Capim-Açu, Comunidade Quilombola do Cumbe, Curral Velho; no Litoral de Pernambuco: Porto Casado, Pendências; Região do Delta do Parnaíba, Piauí: Comunidade das Marisqueiras; Comunidade Tabuleiro; Região litorânea de Santa Catarina; Litoral da Bahia: Glória – Comunidades Agrovila 3 na Piçarreira, Acupe, Encarnação de Salinas, Resex Canavieiras, Abadia; Sergipe: Brejo Grande e Paracatuba; Quilombo Brejão dos Negros.

A problemática da aquicultura é evidenciada nas análises de trabalhos (dissertações e teses) realizados em diversas regiões brasileiras. As disputas pelo território são destacadas nos trabalhos analisados, que evidenciam os impactos da modernização promovida pela aquicultura. Os recursos do ambiente são disputados, à medida que, essa atividade econômica se apropria do ambiente e impõe à natureza seus processos, destruindo ecossistemas que são de fundamental importância para a produtividade dos pesqueiros tradicionais. O avanço da aquicultura sobre as áreas de manguezais (Rodrigues, 2005; Machado, 2007; Santos, 2008; Khun, 2009; Galvão Neto, 2009; Santos, 2012; Rios, 2012; Cunha, 2015); e é uma problemática frequente, e nessa disputa, a pesca artesanal acaba perdendo território tradicional. Além da devastação dos manguezais, também destacam a contaminação por produtos químicos utilizados nos processos produtivos (Rodrigues,

2005; Custódio, 2006; Figueiredo, 2013). A denúncia presente no Blog do MPP exemplifica essa disputa na comunidade de Encarnação de Salinas, na Bahia.

> A comunidade tradicional pesqueira de Encarnação de Salinas, situada no município de Salinas da Margarida, Bahia, está organizada em luta contra a degradação ambiental que vem sendo provocada por mais um empreendimento da carcinicultura que está se instalando na Praia da Igreja e de Santa Luzia.
>
> O MPP/BA recebeu denúncias de moradores afirmando que, mesmo com a advertência do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), os empreendedores estão colocando tratores para derrubar o manguezal nas áreas em que se pretende instalar o empreendimento. A comunidade está fazendo o enfrentamento com diversas articulações e denuncia, inclusive, ameaças de morte sofridas por algumas lideranças locais (MPP, 2014).

À medida que, pesqueiros tradicionais são ocupados pela aquicultura ou o acesso aos mesmos é negado devido à instalação de projetos aquícolas, as disputas se acirram, frequentemente, esses empreendimentos são realizados em fazendas que beiram os corpos d'água, restringindo o acesso aos pesqueiros que constituem elemento fundamental na manutenção do território tradicional. O uso de cercas impede o acesso dos pescadores locais (Galvão Neto, 2009; Cunha, 2015). Por consequência, as comunidades têm que se deslocar para distâncias maiores para realizarem a pesca (Santos, 2012), o que resulta em transformações das condições sociais, ambientais, culturais e econômicas do território (Rios, 2012).

Os movimentos sociais da pesca artesanal demonstram preocupação com o avanço da aquicultura no Brasil, tendo em vista as consequências negativas dessa atividade em outros países, como o Chile (Rios, Bravo, 2012). Essa problemática foi discutida em reunião do Conselho Pastoral dos Pescadores.

> Nestes dias escutamos atentamente as experiências e os clamores dos pescadores brasileiros e chilenos que estão sendo expulsos violentamente dos seus territórios com a implantação da aquicultura industrial e intensiva, a exemplo da carcinicultura no Brasil e salmonicultura no Chile. Estas atividades têm promovido nos últimos anos uma destruição verdadeira dos estoques pesqueiros (reservas marinhas) e uma extensiva privatização dos manguezais e das águas (bem como dos espaços de moradia dos pescadores e pescadoras), inviabilizando a soberania alimentar e o processo de reprodução física e cultural das comunidades pesqueiras artesanais (MPP, 2012).

É fundamental frisar o papel do Estado, enquanto promotor da aquicultura empresarial estabelecendo políticas de fomento e garantido territórios para essa atividade, em detrimento da pesca artesanal:

> No Brasil, estamos acompanhando com bastante preocupação uma série de iniciativas (investimento público) do Governo através do Ministério da Pesca para alavancar o desenvolvimento da aquicultura. Percebemos que o governo brasileiro, a exemplo da experiência chilena, tem sido bastante subserviente na criação de leis que visam facilitar da implantação de parques aquícolas, tanto no litoral quanto nas águas continentais, sem a participação da sociedade. Inclusive passando por cima de acordos internacionais do qual é signatário como a convenção nº 169

> da Organização Internacional do Trabalho – OIT, garantindo que discussões sobre mudanças em legislações que impactem nas comunidades tradicionais devem preceder de uma consulta a estes povos e comunidades (MPP, 2012).

Em uma reunião da APPSULSE em Paranaguá, Paraná, discutiu-se com a Secretaria de Patrimônio da União – SPU a concessão de parques aquícolas previstos na IN Interministerial Nº1 de 10 de outubro de 2007. Os pescadores temem o avanço dessas atividades sobre o território pesqueiro, pois a regulamentação da área do parque aquícola dá ao proprietário do empreendimento o direito de restringir ou proibir a presença dos pescadores artesanais. Esse tipo de restrição resulta em conflitos territoriais. Os trabalhos analisados expõem que a cessão de uso funciona como a "privatização" dos corpos d'água para os empresários do setor aquícola (Pérez, 2012). Assim, lógicas de apropriação do espaço se opõem, onde os pescadores defendem a área comunal, onde há valor de uso, enquanto os empresários defendem a propriedade privada, com valor de troca (Ferreira, 2014). Na pesca artesanal, o cercamento não faz sentido, enquanto as empresas são a garantia de domínio e da geração de lucro (Santos, 2013).

Além da cerca, o MPP denuncia no Blog diversos casos em que seguranças de fazendas de aquicultura agem com violência contra os pescadores artesanais, impedindo que pesquem ou naveguem nas proximidades, como enfatiza o documentário "Vento Forte", onde os pescadores José Nilton e Gilda apresentam as restrições ao acesso (delimitação da área com cordas, boias indicando que a área não pode ser acessada, presença de seguranças) em Petrolândia, Pernambuco.

Em relação aos trabalhos que abordam impactos ambientais decorrentes da modernização provocada pela aquicultura, os principais decorrem da contaminação dos corpos de água (Torres, 2014) e da destruição dos manguezais. As comunidades de pescadores resistem a esses impactos e, assim, defendem o território pesqueiro. Contudo, são repelidos por funcionários dos empreendimentos, frequentemente com o apoio de agentes do Estado.

> Hoje pela manhã, cerca de 27 famílias que ocupavam a área de um viveiro de camarão abandonado, no Cumbe, Aracati/CE, foram despejadas por policiais militares, enquanto empresário da carcinicultura assistia o desespero das/os comunitários. Para protestar pela degradação do manguezal e reivindicar a garantia do território, desde o dia 10 de março, as moradoras e os moradores acampavam na área que dá acesso ao campo de dunas e cemitério local (MPP, 2013).

As barragens também provocam disputas territoriais e conflitos expressando a face da modernização, que causa restrições de acesso ao território e sobre-exploração. Destacam-se as mudanças provocadas, sobretudo na geração de energia hidrelétrica no ambiente, onde os pescadores estabeleciam seus territórios.

O relatório do CPP apresenta que, no caso da Amazônia, o modelo de construção de hidrelétricas "segue a lógica perversa de violação de direitos humanos, desrespeito às leis e acordos internacionais, impactos profundos na biodiversidade e nas comunidades tradicionais". Nesse caso, além da restrição de acesso aos pesqueiros, as hidrelétricas provocam mudanças no ambiente que levam à redução drástica dos recursos.

Isso, ocorre em um projeto de modernização que não considera o impacto sobre a sustentabilidade das comunidades pesqueiras.

> O coração da Amazônia está ameaçado. A região de maior biodiversidade do planeta sofre com a pressão da construção de barragens hidrelétricas. São 150 barragens pensadas nos seis maiores rios. Isto representa um aumento de mais de 300% em relação as já existentes em uma área que se espalha por cinco países: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. As consequências são a perda de florestas e a perda de conexão entre os Andes e as Planícies Amazônicas – a cordilheira é responsável pela maior parte dos sedimentos, nutrientes e matéria orgânica que chegam ao rio. Muitas espécies de peixes desovam em rios que dependem da influência andina, incluindo as que migram para as cabeceiras (CPP, 2016, p.11).

As disputas por território, bem como os conflitos causados por hidrelétricas que geram sobre-exploração e perda de acesso aos pesqueiros tradicionais, são evidenciados no Relatório do CPP, nas regiões do Baixo Amazonas e Marajó: Tocantins (Comunidade Ilha Saracá, Comunidade de Prainha Beradão, Comunidade da Ilha Paquetá Potinga, Comunidade Jussara Cupijó e Comunidade Teré) e Pará (Comunidades de Cametá, Daniel de Carvalho, Santa Cruz, Brasília Legal, Fordilândia e Cuparí), no Litoral da Bahia: Enseada do Paraguaçu, Ponta de Souza, Angolá, Santiago do Iguape, Juazeiro e Lagoa do Curralinho, e na Bacia do Rio São Francisco: Barragem de Serrinha – Pernambuco, Comunidade do Centenário – Bahia, Cânion São Francisco – Alagoas, Bahia e Sergipe; e Lagoa do Curralinho, Bahia.

Nas dissertações e teses, esses contextos aparecem principalmente como disputas por território. Ressalta-se as alterações no regime hidrológico do rio (Ferreira, 2014), que influenciam no comportamento das principais espécies capturadas na pesca artesanal (Cruz, 2006; Braconaro, 2011) e, consequentemente, na relação dos pescadores com o território disputado (Cruz, 2011; Braconaro, 2011).

A relação entre mudanças no ambiente e desterritorialização dos pescadores artesanais foi discutida no Seminário I SETOR. Os pesquisadores da região amazônica enfatizaram que as empresas que exploram os principais rios da Amazônia regulam o regime hídrico desses corpos hídricos para a produção de energia. É fundamental ressaltar que a dinâmica dos rios orienta o ciclo anual de produção, como verificado em trabalho de campo junto ao Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente – NEGA – (Suertegaray *et al*., 2016).

Contudo, essas transformações também se apresentam em outras regiões, no Litoral da Bahia, como destaca o Relatório do CPP: “A criação da Barragem da Pedra do Cavalo (1970), construída pelo governo militar, alterou significativamente o ecossistema da Baía do Iguape, ocasionando impactos sociais, ambientais e econômicos em diversas comunidades tradicionais pesqueiras e remanescentes de quilombo localizadas nos municípios de Maragogipe e Cachoeira” (Tomáz; Santos, 2016, p.72).

Os conflitos por território se relacionam com a face da modernização, pois, sobretudo, há o impedimento do acesso aos pesqueiros tradicionais. Assim, a implementação

do empreendimento hidrelétrico impõe domínio sobre o território (SANTOS, 2013). Como enfatizam Tomáz e Santos (2016):

> Os famigerados projetos capitalistas põem em risco a nossa existência e a do rio com as velhas barragens hidrelétricas que já expulsaram mais de 250 mil pessoas de seus territórios e são responsáveis pela destruição do percurso natural do rio. Tudo isso a serviço de um modelo energético que compromete as águas, as lagoas marginais, a vazão do rio, a reprodução dos peixes e impede o acesso à terra e à água, além da agricultura de vazante (p.99).

Assim, as formas tradicionais de gestão do território pesqueiro são desconsideradas e proibidas. A resistência dos pescadores artesanais para se manterem nos territórios implica em conflitos, nos quais o pescador artesanal tem que enfrentar um conjunto de atores que, em nome do capital, defendem a modernização do território em um modelo de desenvolvimento predador.

Portos, Industria Naval e Plataforma de Petróleo

Complexos portuários, estaleiros navais e plataformas de petróleo se instalam sobre os pesqueiros tradicionais, impedindo a pesca. Assim, eles disputam território e ambiente com os pescadores artesanais, promovendo conflitos por território e impactos ambientais que resultam na restrição do acesso aos pesqueiros tradicionais e na sobre-exploração dos pesqueiros.

Ressalta-se, a ênfase nas disputas territoriais, entendendo que, ao mesmo tempo em que há uma disputa pela apropriação/domínio do espaço, a própria permanência da pesca artesanal depende das condições ambientais. Dessa forma, cabe destacar que o avanço dessas atividades econômicas segue a lógica do domínio do espaço, onde a razão econômica desconsidera os impactos no ambiente. Uma situação destacada no Relatório do CPP é o estado de vulnerabilidade da Mata Atlântica, que é atacada em toda a costa brasileira.

> Um dos exemplos desmedidos é o desmatamento de mais de mil hectares de mata para implantação do complexo portuário de Suape, em Pernambuco, que mexeu severamente na biota da região e na vida das comunidades pesqueiras. Mas o mais descabido é que em Pernambuco a Lei Estadual nº 14.046/2010 foi aprovada para autorizar o desmatamento da Mata Atlântica e de mangues para expansão do porto sem sequer exigir estudos prévios. Segundo o Ministério Público Federal, a gestão de Suape é feita com processos repletos de vícios e ilegalidades (Tomáz, Santos, 2016, p.12).

O Relatório do CPP registra disputas, conflitos e impactos causados pelos portos no Litoral do Ceará (Taiba – Porto de Pecém), Litoral de Pernambuco (Praia de Suape – Porto de Suape), na Região do Baixo Amazonas e de Marajó, no Pará (Vila Vieira, Amador, Ourives, Ilha Grande e Vila Barbosa) e no Litoral da Bahia (Ilha de Maré, Tororó e Ilhéus). Há registros sobre a indústria naval no Litoral do Rio de Janeiro (Comunidades Ilha do Madeira, Sepetiba, Pedra de Guaratiba, Baía de Guanabara – Municípios de Magé, Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Itaboraí, São Gonçalo, Niterói e Guapimirim),

Litoral do Ceará (Paracuru), Litoral de Pernambuco (Ilha de Tatuoca – Estaleiro Atlântico Sul, Gaibu), Litoral da Bahia (Tororó, Ilhéus, Enseada do Paraguaçu, Ponta de Souza, Guaí, São Roque do Paraguaçu, Salamina Putumuju, Angolá, Santiago do Iguape, São Francisco do Paraguaçu, Conceição de Salinas, Encarnação de Salinas, Cairu e Bom Jesus dos Pobres).

Em relação à indústria petrolífera, destaca-se no Litoral do Rio de Janeiro (Comunidades Ilha do Madeira, Sepetiba, Pedra de Guaratiba, Baía de Guanabara – Municípios de Magé, Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Itaboraí, São Gonçalo, Niterói e Guapimirim), no Litoral do Ceará (Paracuru), na Ilha de Maré e Tororó na Bahia e no Porto D. João e Litoral do Espirito Santo.

Em relação às disputas no território, cabe enfatizar as transformações que os portos e indústria naval causam nos territórios. As mudanças no ambiente (SANTANA, 2013) e a consequente redução (Gomes, 2012) no pescado expressam a face da modernização que expõe a sobre-exploração dos pesqueiros. Soma-se a isso o estabelecimento de áreas de exclusão da pesca (Gomes, 2012), devido à circulação de navios, de forma que a modernização implica na restrição de acesso aos pesqueiros tradicionais. A indústria petroquímica também disputa territórios, causando impactos no ambiente (Costa, 2010, Chaves, 2011) que frequentemente inviabilizam a presença da pesca.

Em relação aos portos e indústria naval, é importante destacar o choque entre duas formas de apropriação da natureza, como denunciado por Tomáz e Santos (2016) no caso da instalação do porto de SUAPE.

> No que se refere especificamente às comunidades tradicionais pesqueiras, cabe destacar que, pelas relações específicas que os pescadores e pescadoras artesanais têm com a natureza na região, a implantação do Porto de Suape causou enorme impacto nos modos de ser, viver e produzir destas comunidades. Ressaltam-se os impactos causados pela expulsão de moradores e moradoras da região, a supressão e aterramento dos manguezais, a criação de áreas de exclusão de pesca, os danos à pesca e à saúde causados pela poluição produzida pelo porto, a diminuição do pescado e a mortandade de espécies raras da fauna marinha (como o mero e o boto-cinza), a ausência de medidas mitigatórias e compensatórias para todos estes impactos e a ausência de manifestação e participação das comunidades pesqueiras tradicionais diretamente impactadas (p.32).

Contudo, o Estado enquanto promotor da modernização, viabiliza a instalação desses empreendimentos, sobre ambientes que são manejados pelas comunidades tradicionais, onde estabeleceram seus territórios, como registrado no Relatório do CPP:

> No território do Cajueiro, onde secularmente vivem centenas de famílias de pescadores, agricultores, extrativistas que contribuem para o equilíbrio ecológico da região, situa-se o mais antigo lugar de culto afro na Ilha do Maranhão, o Terreiro do Egito, que deu origem a vários terreiros que se espalharam não apenas no estado, mas por outras partes do mundo.
>
> O Governo do Estado não esclarece publicamente várias questões, na mais total falta de transparência em relação a esse assunto: o que foi feito do processo para implantação desse terminal portuário, que a

> Secretaria de Meio Ambiente se nega a dar vistas? Ainda está em vigor a suspensão da licença prévia para instalação da empresa? (p.42)

Essa problemática de disputa no território, que gera a sobre-exploração e restringe o acesso aos pesqueiros também é documentada (Tomáz, Santos, 2016) no Rio de Janeiro:

> O grupo deu origem, em janeiro de 2007, à Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara – AHOMAR, que assumiu a luta dos pescadores contra o descaso das empresas petrolíferas e de off-shore, responsáveis pelas obras causadoras de impactos negativos ao meio ambiente e, consequentemente, à pesca artesanal na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Em função das obras realizadas, inviabilizava-se a pesca na região, e as famílias dos pescadores ficavam sem seu sustento (p.60).

O estabelecimento de áreas de exclusão da pesca, devido ao avanço dos portos, da indústria naval e do petróleo, gera conflitos por território (Vinhas, 2011). Embora exista resistência por parte dos pescadores, que desejam permanecer desenvolvendo a pesca nos pesqueiros tradicionais, o Estado prioriza a instalação de portos e polos navais, entendendo que isso favorece o desenvolvimento econômico e provoca reestruturações produtivas que movimentam a economia (Martins, 2002). Desse modo, a pesca artesanal, que é a principal origem do pescado consumido no Brasil, é desconsiderada, e os pescadores que insistem em utilizar o território tradicional estão sujeitos à violência, como é denunciado pelo Blog do MPP.

> Embarcações nossas já foram recebidas a tiros. Em 2010, visitamos 28 comunidades que beiram a Baía de Guanabara de Niterói a Duque de Caxias. Em todas elas, a pesca estava acabando. E isso é devido à perda do território, principalmente para empreendimentos petrolíferos. É uma expulsão dos pescadores. Boa parte deles está abandonando a profissão ou, diante da crise da atividade, sendo sustentados por terceiros – diz Alexandre (MPP, 2014b).

Além da violência física, é importante destacar, a imposição de regras que são alheias à dinâmica do território. Assim, a autonomia dos pescadores é perdida com a sua submissão às empresas "proprietárias" da terra, do pesqueiro ou do acesso ao mesmo. Um exemplo se evidencia na ilha de Tatuoca – Pernambuco:

> Um exemplo a ser citado, que tem a ver com o direito a ir e vir, diz respeito aos moradores da Ilha de Tatuoca, que agora, para entrar e sair de onde vivem há décadas (mesmo antes da existência da empresa) receberam uma carteirinha de identificação da empresa Suape. Sem falar da verdadeira "milícia" (como chamam os moradores), que foi criada e é comandada pela Diretoria de Gestão Fundiária e Patrimônio da empresa, que infernizam e tornam a vida dos que ali moram insuportável (MPP, 2013b).

Em relação aos impactos ambientais, nesse momento se destaca as alterações no ambiente que é utilizado de forma mais intensa do que a sua capacidade de resiliência, ou seja, é sobre-explorado com a instalação e funcionamento de terminais portuários, industriais, navais e plataformas de petróleo. No caso dos portos, destaca-se os impactos que as dragagens que alteravam a dinâmica ambiental e ciclo de vida das espécies

pesqueiras (Silva, 2012). Contudo, os impactos são variados como é denunciado no Blog do MPP, no caso de SUAPE:

> Desde abril a CPRH vem analisando os impactos ocasionados por Suape na localidade, inclusive, a morte de espécies protegidas por lei, como o peixe Mero e o boto-cinza. De acordo com o relatório do órgão, as obras incidem diretamente sob áreas estuarinas, habitats de diversas espécies de peixes que são fonte de subsistência das comunidades tradicionais pesqueiras do território. As investigações tiverem como base denúncias vindas de pescadores e pescadoras artesanais e informações de documentos, incluindo científicos, referentes à dragagem e derrocamento e aos impactos socioambientais (MPP, 2013c).

Ressalta-se que, tais impactos não decorrem da falta de leis ou das penalidades por seu descumprimento. No entanto, as leis que deveriam proteger o meio ambiente e evitar a sua sobre-exploração não contemplam o conjunto do território e seus impactos, sobretudo sobre as espécies pesqueiras e a subsistência das comunidades, conforme denunciado no caso de SUAPE.

> O mais gritante desapego à lei são os anos e anos (mais de 10 anos) de descumprimento da aplicação das compensações ambientais impostas para que os desmatamentos dos mangues, restingas e mata atlântica ocorressem naquele território. Os inúmeros Termos de Ajustes de Conduta assinados com o Ministério Público foram sistematicamente desrespeitados pela empresa Suape (MPP, 2013c).

Em alguns casos, a mobilização das comunidades em audiências públicas e manifestações, por meio de movimentos sociais, consegue barrar o avanço desses empreendimentos. Cabe enfatizar que, no caso das indústrias de petróleo, os impactos sobre as territorialidades da pesca e da vivência comunitária são muito intensos, destacando-se a poluição e contaminação do solo, ar e água. No Rio de Janeiro, os pescadores denunciam no Blog do MPP, os impactos das refinarias no ambiente e na qualidade de vida dos moradores.

> A Baia de Guanabara é um grande ecossistema e, no seu entorno, moram mais de 10 milhões de pessoas que precisam ter qualidade de vida. Ocorre que toda essa população está sofrendo e vai sofrer com a poluição dessas atividades. Refinarias em operação, passando pelo Comperj em construção, geram poluição no mar e no ar. Há muito armazenamento de combustível na baía, oleodutos, gasodutos, navios com cargas perigosas, embarcações que soltam tintas tóxicas… (MPP, 2014c).

No caso do Porto de Aratu, na Bahia, os pescadores denunciam no Blog do MPP que os “acidentes” decorrentes dos portos e industrias associadas expressam o racismo ambiental, que permite a instalação dessas atividades extremamente poluidoras sobre os territórios tradicionais das populações mais pobres e dependentes do ambiente:

> Esclarecemos que acidentes ambientais ligados a desembarque de navios ocorrem constantemente ao longo dos anos e é por conta desta situação que estudos ambientais indicam esta área como uma das mais poluídas da Baía de todos os Santos. A gravidade desta explosão poderia ter se espalhado pelos outros reservatórios de produtos muito mais nocivos à saúde e ao ambiente, retrata a vulnerabilidade socioambiental em que se encontram as comunidades pesqueiras e quilombolas de Ilha de Maré e entorno. Revelam também o desrespeito aos

seus direitos constituídos caracterizando um quadro de racismo institucional e ambiental praticado pelas instituições públicas e privadas em nosso país (MPP, 2013d).

CONCLUSÕES

Compreendendo a dialética entre movimentos sociais e Geografia, podemos identificar e compreender as faces da modernização que se evidenciam nos territórios pesqueiros. A segunda face da modernização, destacada neste artigo, evidencia o processo de desterritorialização decorrente da sobre-exploração dos pesqueiros tradicionais e/ou restrição do acesso aos mesmos. A desterritorialização, no entanto, não se restringe ao território aquático – pesqueiros tradicionais – mas inclui os terrestres de moradia e de vivências das comunidades, tendo em vista que essas comunidades dependem dos recursos locais, que precisam estar disponíveis e acessíveis.

No caso da pesca industrial, a sobre-exploração se deve às tecnologias mais ostensivas e à independência de recursos locais – devido às possibilidades de navegação que permitem deslocamentos maiores. A pesca comercial também se apresenta associada à sobre-exploração, menos pelas tecnologias utilizadas e mais pelos ritmos e intensidades das capturas, ditados pelos mercados de comercialização do pescado. Essas e outras modalidades de pesca disputam território e também restringem os acessos dos pescadores artesanais.

O hidronegócio tem sido destacado pelos movimentos sociais principalmente como restrição do acesso aos pesqueiros artesanais. A aquicultura, com o apoio do Estado, ocupa territórios tradicionais de pescadores. Além da expropriação imediata na instalação de territórios aquícolas, esses empreendimentos também representam obstáculos aos pescadores que acabam tendo que realizar deslocamentos maiores para chegar aos pesqueiros tradicionais. Outra atividade relacionada ao hidronegócio que deve ser destacada, é a construção de barragens para a instalação de hidrelétricas, que além da desterritorialização imediata com a instalação do lago, passam a interromper o trânsito nos rios, impedindo o acesso às territorialidades de pesca.

Da mesma forma, a instalação e funcionamento de portos, indústria naval e plataformas de petróleo implicam no estabelecimento de áreas de exclusão da pesca. Muitas dessas, historicamente, foram apropriadas como territórios de pesca tradicional e estão conectadas no território tradicional às territorialidades de moradia e vivência. Desta forma, os pescadores perdem o acesso a importantes pesqueiros tradicionais.

É importante enfatizar que, as consequências da sobre-exploração e restrição ao acesso são: i. descaracterização das comunidades tradicionais pelo paulatino abandono da atividade pesqueira artesanal; e/ou ii. deslocamento dessas comunidades em busca de outros territórios de pesca. No primeiro caso, vemos que as impossibilidades de continuidade da pesca obrigam os pescadores artesanais a abandonar a atividade pesqueira e buscar se inserir em outras atividades econômicas que não estão associadas aos seus modos de viver.

Essa mudança acaba por dar fim à própria comunidade pesqueira. No segundo caso os pescadores, por não terem disponibilidade de pesqueiros tradicionais próximos às suas comunidades, acabam tendo de abandonar suas territorialidades tradicionais de moradia e vivência, em busca de novos territórios onde a pesca seja possível.

REFERÊNCIAS

ABREU, G. C. de**. Território da pesca:** o uso do espaço aquático no Baixo Rio Solimões – Município de Manacapuru AM. Orientador: Prof. Manuel de Jesus Masulo da Cruz. 2011. 106 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM, 2011.

ARAÚJO, G. R. F. de. **Migração, Territorialização e pesca em Augusto Correa – PA (1990-2010)** . Orientador: Prof. João Márcio Palheta da Silva. 2012. 158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2012.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, 2007.

BRACONARO, F. **A Geografia da pesca**: modo de vida e lazer na bacia do Rio Araguari-MG. Orientador: Prof. Dr. Rosselvelt José Santos. 2011. 316 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2011.

CAMPANHA NACIONAL PELA REGULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS. **Denúncias**: Ameaça à Vida e aos Direitos das Comunidades Tradicionais Pesqueiras e da Biodiversidade Marinha e Continental. [*S. l.*]: Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), 12 abr. 2012. Disponível em: http://denunciapeloterritorio.blogspot.com.br/2012/04/ameaca-vida-e-aos-direitos-das.html. Acesso em: 1 out. 2016.

CAMPANHA NACIONAL PELA REGULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS. **Denúncias**: Suape fora da Lei. [*S. l.*]: Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), 2013b. Disponível em: http://denunciapeloterritorio.blogspot.com.br/2013/11/suape-fora-da-lei.html. Acesso em: 1 out. 2016.

CAMPANHA NACIONAL PELA REGULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS. **Denúncias**: Após denúncias de pescadores e pescadoras, SUAPE recebe multa de R$ 2,5 milhões por crime ambiental. [*S. l.*]: Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), 2013c. Disponível em: http://denunciapeloterritorio.blogspot.com.br/2013/09/apos-denuncias-de-pescadores-e.html. Acesso em: 1 out. 2016.

CAMPANHA NACIONAL PELA REGULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS. **Denúncias**: Manifesto do MPP sobre explosão de navio no Porto de Aratu – Salvador/BA. [*S. l.*]: Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), 2013d. Disponível em: http://denunciapeloterritorio.blogspot.com.br/2013/12/manifesto-do-mpp-sobre-explosao-de.html. Acesso em: 1 out. 2016.

CAMPANHA NACIONAL PELA REGULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS. **Denúncias**: A comunidade tradicional pesqueira de Encarnação de Salinas de Salinas/Ba sofrem ameaças de morte. [*S. l.*]: Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), 2014a. Disponível em: http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com/2014/03/. Acesso em: 1 out. 2016.

CAMPANHA NACIONAL PELA REGULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS. **Denúncias**: Na Baía de Guanabara/RJ, pescadores e pescadoras artesanais sofrem com a intervenção da Indústria Petrolífera.. [*S. l.*]: Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), 2014b. Disponível em: http://denunciapeloterritorio.blogspot.com.br/2014/04/na-baia-de-guanabararj-pescadores-e.html. Acesso em: 1 out. 2016.

CAMPANHA NACIONAL PELA REGULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS. **Denúncias**: Ameaçada por megaempreendimento, comunidade pesqueira de Maricá/RJ luta pela conservação de seu território. [*S. l.*]: Movimento de Pescadores

e Pescadoras Artesanais (MPP), 2014c. Disponível em: http://denunciapeloterritorio.blogspot.com/2014/10/ameacada-por-mega-empreendimento.html. Acesso em: 1 out. 2016.

CARDOSO, E.S. **Vitoreiros e Monteiros**: ilhéus do litoral norte paulista. Orientador: Prof. Dr. Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta. 1996. 78 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, São Paulo /SP, 1996.

CHAVES, C. M. S. R. da S. **Mapeamento Participativo da Pesca Artesanal da Baía de Guanabara**. Orientador: Prof. Dr. Paulo Márcio Leal de Menezes. 2011. 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2011.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES. **Comunidade do Cumbe em Aracati é despejada por querer recuperação de área de manguezal**. Olinda/PE: CPP, 20 ago. 2013. Disponível em: http://cppnacional.org.br/noticia/comunidade-do-cumbe-em-aracati-%C3%A9-despejada-por-querer-recupera%C3%A7%C3%A3o-de-%C3%A1rea-de-manguezal#:~:text=Os%20processos%20continuam%20tramitando%20e,forma%20de%20denunciar%20a%20situa%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 1 out. 2016.

COSTA , C. R. R. da. **Turismo, produção e consumo do espaço nas comunidades de Redonda e Tremembé, Icapuí – Ceará**. Orientador: Profª. Drª. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano. 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, 2010. Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

CRUZ, M. de J. M. da. **Territorialização Camponesa na Várzea Amazônica**. Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira. 2007. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, São Paulo /SP, 2007.

CRUZ, V. do C. **Pela outra margem da fronteira**: território, identidade e lutas sociais na Amazônia. Orientador: Prof. Dr. Rogério Haesbaert da Costa. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2006.

CRUZ, V. do C. **Lutas Sociais, Reconfigurações Identitárias e Estratégias de Reapropriação Social do Território na Amazônia**. Orientador: Prof. Dr. Rogério Haesbaert. 2011. Tese (Doutorado em Geografia. Área de concentração: Ordenamento Territorial urbano regional) – Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2011.

CUNHA, A. S. **Fragmento de território de pesca na Amazônia [manuscrito]**: Comunidade Segredinho/Capanema-PA. Orientador: Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes. 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Belém/PA, 2011.

CUNHA, C. de J. **Regularização da vazão e sustentabilidade de agroecossistemas no estuário do rio São Francisco**. Orientador: Prof.ª Dr.ª Lidriana de Souza Pinheiro. 2015. 232 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, 2015.

CUSTÓDIO, J. S. **Caminhos da Produção Familiar Artesanal em Governador Celso Ramos/SC:**: da pesca à maricultura. Orientador: Prof. Dr. Clécio Azevedo da Silva. 2006. 232 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humana da Universidade Federal de Santa Catarinas da, Florianópolis/SC, 2006.

FERREIRA, G. **Comunidade de pescadores artesanais no Lago de Itaipu**: conflitos territoriais na Colônia Z11 de São Miguel do Iguaçu/PR. Orientador: Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza. 2014. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia dos Centros de Ciências Humanas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná., Francisco Beltrão/PR, 2014.

FIGUEIREDO, M. M. **Trabalho e participação das pescadoras na reserva extrativista (RESEX) Canavieiras – BA**. Orientador: Prof.ª Dr. ª Catherine Prost. 2013. 1158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2013.

GALVÃO NETO, J. A. **O território das "novas" economias e suas implicações socioambientais na comunidade pesqueira de Barra do Cunhaú/ Canguaretama-RN**. Orientador: Prof.ª Dr. ª Edna Maria Furtado. 2009. 134 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) – Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte., Natal/RN, 2009.

GIANNELLA, L. de C. **Entre o mar e a metrópole**: desenvolvimento, território e identidade da comunidade de pescadores de Copacabana, Rio de Janeiro. Orientador: Prof.ª Dr. ª Denise Pini Rosalem da Fonseca. 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro,, Rio de Janeiro/ RJ, 2009.

GOMES, R. da S. **A Ilha, o Mar, e a "Cidade Debaixo d'Água"**: paisagens e mudanças ambientais em Atafona – RJ. Orientador: Prof.ª Dr. ª Ana Maria Lima Daou. 2012. 113 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2012.

GUEDES, E. B. **Território e territorialidade de pescadores nas localidades Céu e Cajuúna Soure-PA**. Orientador: Prof. Dr. João Márcio Palheta. 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2009.

HEIDRICH, Á. L.; PIRES, C. L. Z. (org.). **Abordagens e práticas de pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre/RS, Letra 1, 2016.

KUHN, E. R. A. **Terra e água**: Territórios dos pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu-Bahia.. Orientador: Prof.ª Dr.ª Guiomar Inez German. 2009. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEO) da Universidade Federal da Bahia, Belém/PA, 2009.

LATOUR, B. **Jamais Fomos Modernos**: ensaio de antropologia simétrica. 1. ed. Rio de Janeiro/ RJ:Editora 34, 2009. 192p.

LIMA, M. C. de. **Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará**: Territórios, costumes e conflitos. Orientador: Prof.ª Dr.ª Ana Maria Marques Camargo Marangoni. 2002. 220 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo /SP, 2002.

LIMA, M. G. M. **Mobilidade Geográfica Como Estratégia De Sobrevivência De Pescadores Artesanais Na Amazônia**: O Caso De Cubatão Em Icoaraci, Pará. Orientador: Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (PPGEO – IFCH – UFPA), Belém/PA, 2008.

MACHADO, C. B. G. **O território da pesca artesanal da Colônia Z4, Barra Velha, SC**: O paradoxo entre a tradição e a modernidade. Orientador: Prof.ª Dr.ª Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava/PR, 2013.

MACHADO, R. A. S. **O meio natural na organização produtiva da população pesqueira tradicional do município de Canavieiras/BA**. Orientador: Prof.ª Dr.ª Barbara-Christine Nentwig Silva. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEO) da Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2007.

MARTINS, C. A. A. Nas águas da Lagoa há reprodução da vida: pesca artesanal no estuário da lagoa dos Patos– Rio Grande/RS. **Scripta Nova. Número extraordinario dedicado al IV Coloquio Internacional de Geocrítica (Actas del Coloquio)**: revista electrónica de geografía y ciencias sociales. ISSN: 1138-9788., Barcelona/ Espanha, v. VI, n. 119 (47), 1 ago. 2002.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo.** Lisboa: Instituto Piaget, 1990

PAULA, C. Q. de. **Caminhos da Produção Familiar Artesanal em Governador Celso Ramos/ SC:**: Silva. Orientador: Prof.ª Dr.ª Dirce Maria Antunes Suertegaray. 2006. 451 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2006.

PAULA, C. Q. de. Geografias das ausências e geografias das emergências. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, *[S. l.]*, v. 23, n. 1, p. 095-111, 2019a. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.150177.

PAULA, C. Q. de. A expropriação da terra das comunidades tradicionais de pescadores artesanais. **Revista del CESLA. International Latin American Studies Review**, *[S. l.]* v. 23, 2019b. p. 255-279.

PAULA, C. Q. de. Impactos ambientais na pesca artesanal brasileira: uma interpretação geográfica. **PerCursos**, Florianópolis/SC, v. 19, n. 41, p. 79 – 106, 2019c. DOI: 10.5965/1984724619412018079.

PAULA, C. Q. de; SUERTEGARAY, D. M. A. Modernização e Pesca Artesanal Brasileira: a expressão do "mal limpo". **Terra Livre**, *[S. l.]*, v. 1, n. 50, p. 97–130, 2019.

PAULA, C. Q de. Conflitos por Território na Pesca Artesanal Brasileira/ Conflicts by territory in Brazilian artisanal fishing/ Conflictos por territorio en la pesca artesanal brasileña. **Revista Nera**, *[S. l.]*, n. 51, p. 180–204, 2020. DOI: 10.47946/rnera.v0i51.6453.

PAULA, C. Q. de; SILVA, C. N. da. Disputas nos Territórios da Pesca Artesanal Brasileira como Expressão da Dialógica entre Território e Ambiente. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, *[S. l.]*, v. 6, n. 19, p. e202012, 2020. DOI: 10.18764/2446-6549.e202012

PAULA. C. Q de . A degradação enquanto face da modernização, que avança sobre os territórios pesqueiros. **GeoTextos**, *[S. l.]*, v. 17, n. 2, 2021. DOI: 10.9771/geo.v17i2.46662.

PEREZ, M. S. **Comunidade tradicional de pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi – PR na disputa pela vida**: conflitos e resistências territoriais frente à implantação de políticas públicas de desenvolvimento. Orientador: Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez. 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2012

PRADO, Z. C. do. **Uso comum da terra e do rio**: conflitos e resistência do camponês ribeirinho no município de Santo Antônio de Leverger-MT. Orientador: Prof. Dr. Rafael Faleiros de Pádua. 2015. 222 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá/MT, 2015.

QUEIROZ, S. S. **A pesca e a comercialização dos bagres no médio rio Solimões –Tefé (AM)**. 2012. 130f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

RIOS, F. T.; BRAVO, J. V. Dinámicas territoriales em assentamientos de pescadores artesanales economías, experiencias y conflitos:El caso de Guabúm y Puñihuil em la comuna de Ancud, Chiloé. **CUHSO, CULTURA – HOMBRE-SOCIETAD,** *[s.l.].* v.22, n.1, 2012, p.61-64.

RIOS , K. A.N. **Da produção do espaço a construção dos territórios pesqueiros**: pescadores artesanais e carcinicultores no Distrito de Acupe – Santo Amaro (BA). Orientador: Prof.ª Dr.ª Guiomar Inez German. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEO) da Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2012.

RODRIGUES, F. G. S. **O agronegócio da carcinicultura marinha e os conflitos sociais e ambientais de uso e ocupação do estuário do Rio Jaguaribe no município de Aracati-CE**. Orientador: Prof.ª Dr.ª Fátima Maria Soares Kelting. 2007. 123 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2007.

SANTANA , G. M. **A cultura da pesca artesanal de bote na comunidade da Barra em Rio Grande/RS**. Orientador: Prof. Dr. Dário de Araújo Lima. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande/RS, 2013.

SANTOS, E. A. **(Re) produção social e dinâmica ambiental no espaço da pesca**: econstruindo a territorialidade das marisqueiras em Taiçoca de Fora-Nossa Senhora do Socorro / SE. Orientador: Prof.ª Dr.ª Rosemeri Melo e Souza. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, Sao Cristovão/SE, 2012.

SANTOS, M. A. F. dos. **Análise do processo de internalização de propostas de educação ambiental em escolas de Ensino Médio no município de Acaraú-CE**. Orientador: Prof. Dr. Edilson Alves de Carvalho. 2008. 111 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2008.

SANTOS, M. A. F. dos. **Outra Banda**: Lugar de Quem?. Orientador: Prof.ª Dr.ª Sílvia Aparecida Guarniei Ortigoza. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2013.

SILVA , C. D. **Pesca**: classes sociais, territorialidades e trabalho em Manacapuru-AM. Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Corrêa Costa. 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM, 2009.

SILVA , S.M. **Pesca artesanal**: a cultura e os (des) caminhos em Lucena/PB. Orientador: Prof. Dr. Roberto Sassi. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/ PB, 2012.

SUERTEGARAY, D. M. A.; OLIVEIRA, M. G.; DELFINO, E. da S.. Ribeirinhos da FLONA de Tefé – AM: cartografia social na compreensão do modo de vida. *In*. HEIDRICH, Á. L.; PIRES, C. L. Z. (org.). **Abordagens e práticas de pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre/RS, Letra 1, 2016. p. 103-128.

TOMÁZ, A. de F.; SANTOS, G.. (org.) **Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil**. – Brasilia/DF: Conselho Pastoral dos Pescadores. 2016. 104p.

TORRES, R. P. de A. **O sentido de ser pescador**: signos e marcas no povoado Pedreiras – São Cristóvão/SE. Orientador: Prof.ª Dr.ª Maria Augusta Mundim Vargas. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2014.

VINHAS , A. L. F. **Pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba, Rio de Janeiro (RJ)**: os diferentes conflitos pela identidade.. Orientador: Prof.ª Dr.ª Regina Célia De Mattos. 2011. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2011.

WHYTE , W. F.. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro/RJ, Jorge Zahar, 2005. 390p.

SOBRE O AUTOR

CRISTIANO QUARESMA DE PAULA – Atualmente é Professor Adjunto dos Cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado, e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, no Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Pós-doutor em Geografia pela UFPA (2020), Doutor em Geografia pela UFRGS (2018), Mestre em Geografia pela UFRGS (2013), Licenciado em Geografia pelo CLARETIANO (2016) e Bacharel em Geografia pela FURG (2010). Concentra-se na compreensão das comunidades e movimentos sociais da pesca artesanal brasileira. Coordenador do (R)EAT - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão (R)Existências Ambientais e Territoriais. E membro da Rede de Geografias da Pesca.

E-mail: cqpgeo@gmail.com